

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A origem da idéia de Poder Constituinte e a conseqüente distinção entre poder constituinte e poderes constituídos é atribuída a
 - (A) Montesquieu, na obra "O Espírito das Leis".
 - (B) Siéyès, na obra "Que é o Terceiro Estado?".
 - (C) Rousseau, na obra "O contrato social".
 - (D) Ferdinand Lassale, na obra "Essência da Constituição – Que é uma Constituição?".
 - (E) Carl Schmitt, na obra "Teoria da Constituição".
2. O veto presidencial, não apreciado em sessão conjunta no prazo de trinta dias a contar de seu recebimento pelo Congresso Nacional, acarreta
 - (A) o sobrestamento das demais proposições, até sua votação final, ressalvadas, por expressa disposição constitucional, as matérias constantes de medidas provisórias ainda não convertidas em lei.
 - (B) a promulgação, pelo Presidente do Senado, da lei resultante da não apreciação do veto.
 - (C) o sobrestamento das demais proposições, até sua votação final, ressalvadas, por expressa disposição constitucional, as matérias constantes de projeto de lei submetido a regime de urgência por solicitação do Presidente da República.
 - (D) a sustação da deliberação sobre as medidas provisórias, as emendas constitucionais e os projetos de lei submetidos ao regime de urgência, conforme expressa previsão constitucional.
 - (E) a rejeição tácita do projeto de lei vetado.
3. Na ação direta de inconstitucionalidade, ante a legislação ordinária que regulamenta o respectivo processo, é possível afirmar que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, pelo voto da maioria
 - (A) absoluta de seus membros, e presentes 8 ministros, pode atribuir, somente à decisão que declare a constitucionalidade, efeitos *ex tunc*, *erga omnes*, e vinculantes em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
 - (B) de dois terços de seus membros, pode ou não, atribuir à decisão efeitos *ex nunc*, *ex tunc*, *erga omnes* e vinculantes em relação ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo e aos demais órgãos do Poder Judiciário.
 - (C) absoluta dos seus membros, sempre produz efeitos *ex tunc*, *erga omnes* e vinculantes em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, de tal sorte que os atos praticados com base no ato declarado inconstitucional são indiscutivelmente nulos *ab initio*.
 - (D) absoluta de seus membros, pode produzir efeitos *ex nunc* ou *ex tunc*, e *erga omnes*, mas vinculantes em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, de tal sorte que ao ato inconstitucional se atribuem os efeitos previstos pelas doutrinas clássica ou kelseniana, conforme o caso.
 - (E) de dois terços de seus membros, pode restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, com efeitos vinculantes em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal a partir do momento que venha por ela a ser fixado, pelo que se pode admitir nesse caso, que o ato inconstitucional produz, ainda que temporariamente, efeitos válidos.
4. No constitucionalismo brasileiro, várias foram as inovações introduzidas em cada nova Constituição. Dentre tais inovações apontem-se, exemplificativamente, o rompimento com o tradicional bicameralismo federativo, a exigência do quorum de maioria absoluta para a declaração de inconstitucionalidade pelos tribunais, a suspensão, pelo Senado, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e um rol expresso de direitos dos trabalhadores. Trata-se, no caso, de inovações introduzidas pela Constituição de
 - (A) 05/10/1988.
 - (B) 10/11/1937.
 - (C) 18/09/1946.
 - (D) 16/07/1934.
 - (E) 24/02/1891.
5. A intervenção federal, no caso de desrespeito, pelo Estado-Membro, dos direitos da pessoa humana, depende de
 - (A) provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República, dispensada a apreciação do decreto pelo Congresso Nacional.
 - (B) solicitação dos Poderes Legislativo ou Executivo estaduais e será decretada pelo Presidente da República, submetido o decreto à apreciação do Congresso Nacional.
 - (C) requisição do Supremo Tribunal Federal, será decretada pelo Presidente da República e ratificada pelo Congresso Nacional.
 - (D) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, dispensada a apreciação do decreto pelo Congresso Nacional.
 - (E) requisição do Superior Tribunal de Justiça e será decretada pelo Presidente da República, independentemente de ratificação pelo Congresso Nacional.
6. Conforme a Constituição brasileira, o crime político é
 - (A) processado e julgado pelo Poder Judiciário estadual, que tem competência exclusiva nesta matéria.
 - (B) julgado pelo Supremo Tribunal Federal, em recurso ordinário.
 - (C) processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal, apenas em recurso extraordinário.
 - (D) processado e julgado, em qualquer caso, pelos juízes federais.
 - (E) processado e julgado, em qualquer caso, pelo Tribunal Superior Eleitoral.

<p>7. A cláusula do devido processo legal</p> <p>(A) foi introduzida, de modo expresso, pela Constituição brasileira de 1988 e se aplica aos processos judiciais e administrativos com o sentido formal e substantivo de proteção de direitos fundamentais.</p> <p>(B) sempre esteve presente, de modo expresso, em todas as constituições brasileiras, com o sentido formal e substancial de proteção dos direitos fundamentais.</p> <p>(C) foi introduzida, expressamente, no plano constitucional, pela Constituição brasileira de 1934, com o sentido formal de proteção geral de direitos fundamentais.</p> <p>(D) foi introduzida no plano constitucional, expressamente, pela Constituição brasileira de 1946, com sentido substantivo e instrumental, aplicando-se apenas aos processos judiciais criminais.</p> <p>(E) sempre esteve presente, de modo expresso, nas constituições brasileiras, significando o direito ao regular curso da administração da justiça pelos juízes e tribunais.</p>	<p>DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>11. A ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, sendo autarquia de regime especial,</p> <p>(A) não se submete à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.</p> <p>(B) pode prover seus cargos independentemente de concurso público.</p> <p>(C) é subordinada hierarquicamente ao Ministério das Comunicações.</p> <p>(D) tem dirigentes com mandato fixo e estabilidade.</p> <p>(E) é dispensada da realização de licitação para contratar obras e serviços e para alienar bens móveis.</p>
<p>8. Segundo a Constituição brasileira de 1988, constitui receita partilhada entre os Municípios e a União o produto</p> <p>(A) do imposto de importação, na forma da lei.</p> <p>(B) do imposto sobre a renda arrecadado no respectivo território municipal.</p> <p>(C) da arrecadação do IPVA, relativo à propriedade dos veículos automotores licenciados no respectivo território municipal.</p> <p>(D) da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no respectivo município.</p> <p>(E) do imposto sobre produtos industrializados, na forma estabelecida em lei.</p>	<p>12. O direito real de uso de um terreno público federal</p> <p>(A) não pode ser outorgado ou concedido a particular, nem por ele adquirido a nenhum título.</p> <p>(B) pode ser adquirido por usucapião por um particular que tenha sobre ele posse mansa e pacífica por 20 anos, vedada sua transferência a terceiros.</p> <p>(C) pode ser contratualmente concedido pela União a um particular, sendo lícita a previsão contratual de sua transferência a terceiros por ato <i>inter vivos</i>, ou por sucessão legítima ou testamentária.</p> <p>(D) pode ser outorgado pela União a um particular, exclusivamente por lei, vedada sua transferência a terceiros.</p> <p>(E) pode ser concedido pela União a um particular, por ato administrativo unilateral e precário, sendo admissível sua transferência a terceiros exclusivamente por sucessão legítima ou testamentária.</p>
<p>9. O pronunciamento do Conselho de Defesa Nacional sobre a decretação do estado de sítio é</p> <p>(A) obrigatório e vincula o Presidente da República e o Congresso Nacional.</p> <p>(B) obrigatório e vincula o Presidente da República.</p> <p>(C) obrigatório e vincula o Congresso Nacional.</p> <p>(D) facultativo e não vincula o Presidente da República.</p> <p>(E) obrigatório e não vincula o Presidente da República.</p>	<p>13. Em matéria de concessão de serviços públicos federais, considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente, por motivo de interesse público,</p> <p>(A) após encerrado o prazo da concessão, mediante decisão administrativa e após pagamento de indenização.</p> <p>(B) durante o prazo da concessão, mediante lei autorizativa específica e após pagamento de indenização.</p> <p>(C) após encerrado o prazo da concessão, mediante decisão administrativa e independentemente de pagamento de indenização.</p> <p>(D) durante o prazo da concessão, mediante decisão administrativa e após pagamento de indenização.</p> <p>(E) durante o prazo da concessão, mediante lei autorizativa específica e independentemente de pagamento de indenização.</p>
<p>10. No ordenamento constitucional brasileiro, o descumprimento pessoal de obrigação legal a todos imposta, por motivos de religião, configura o elemento nuclear</p> <p>(A) do exercício do direito à igualdade.</p> <p>(B) do direito de resistência à lei injusta.</p> <p>(C) do direito de objeção de consciência.</p> <p>(D) da desobediência civil.</p> <p>(E) do exercício de um direito natural.</p>	

14. Um servidor público já ocupa, remuneradamente, um cargo público de professor em universidade federal constituída sob forma de autarquia e outro cargo público de médico junto à Administração direta de um Estado. Considerando que haja compatibilidade de horários, esse servidor
- (A) não poderá ocupar remuneradamente nenhum outro cargo ou emprego público, seja junto à Administração direta, seja junto às entidades da administração indireta, suas subsidiárias ou sociedades controladas pelo Poder Público, de qualquer nível da Federação.
 - (B) poderá ainda ocupar remuneradamente um emprego público qualquer em uma sociedade de economia mista municipal.
 - (C) poderá ainda ocupar remuneradamente um cargo público de médico junto à Administração direta de um Município.
 - (D) poderá ainda ocupar remuneradamente um emprego público qualquer em uma empresa subsidiária de uma empresa pública federal.
 - (E) poderá ainda ocupar remuneradamente um cargo público de professor junto à Administração direta de um Município.
-
15. A ação judicial para apuração da prática de ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92,
- (A) é imprescritível.
 - (B) é de iniciativa exclusiva do Ministério Público.
 - (C) comporta transação, desde que haja concordância expressa da pessoa jurídica interessada e ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público.
 - (D) deve ser extinta, sem aplicação de sanção, ante a aprovação, pelo Tribunal de Contas competente, das contas do administrador responsável pelo ato impugnado.
 - (E) pode acarretar a aplicação de sanções independentemente da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
-
16. Nos termos da legislação vigente no Brasil, um bem expropriado, uma vez incorporado à Fazenda Pública
- (A) pode ser objeto de reivindicação, desde que fundada em nulidade do processo de desapropriação.
 - (B) não pode ser objeto de reivindicação, devendo a situação resolver-se em perdas e danos.
 - (C) pode ser objeto de reivindicação, desde que fundada em título constituído há mais de vinte anos.
 - (D) pode ser objeto de reivindicação, desde que fundada em nulidade do título pelo qual o expropriado era considerado proprietário do bem.
 - (E) pode ser objeto de reivindicação, desde que fundada em previsão de preferência legal para aquisição do bem.
-
17. Determinado processo administrativo, sujeito à Lei nº 9.784/99, foi iniciado de ofício pela Administração, teve a produção de algumas provas determinada de ofício pelo órgão responsável por sua impulsão e foi decidido em 25 dias a contar do encerramento da instrução. Além disso, alguns atos administrativos, praticados no seio desse processo e dos quais decorriam efeitos favoráveis aos destinatários, foram anulados pela Administração passados 4 anos de sua prática. Na situação acima descrita, a Lei nº 9.784/99 foi
- (A) desrespeitada no tocante à anulação dos atos referidos.
 - (B) desrespeitada no tocante ao modo de se conduzir a instrução.
 - (C) desrespeitada no tocante ao modo de se iniciar o processo.
 - (D) respeitada.
 - (E) desrespeitada no tocante ao prazo de decisão.
-
18. Certa empresa particular, que é parte em contrato administrativo regido pela Lei nº 8.666/93, recebe ordem escrita da Administração para suspender a execução do contrato por 110 dias, 90 dos quais em período de calamidade pública. Um ano após ter sido retomada a execução do contrato, sobrevém nova ordem, agora verbal, para suspensão da execução, por mais 70 dias. Tal empresa particular
- (A) decaiu do direito de pleitear a rescisão do contrato, invocando como motivo a primeira ordem de suspensão, mas pode invocar esse direito em face da segunda ordem.
 - (B) decaiu do direito, que tinha, de pleitear a rescisão do contrato, invocando como motivo a primeira ordem de suspensão, sendo que não tem esse direito em face da segunda ordem.
 - (C) não tem base jurídica para pleitear a rescisão do contrato, nem em face da primeira ordem de suspensão, nem em face da segunda, mesmo somados os seus períodos.
 - (D) tem base jurídica para pleitear a rescisão do contrato, invocando como motivo o total somado de 180 dias de suspensão da execução.
 - (E) tem base jurídica para pleitear a rescisão do contrato, invocando como motivo os 90 dias somados de suspensão da execução, excluídos os 90 dias de calamidade pública.

Instruções: As questões de números 19 e 20 contêm duas afirmações. Assinale, na folha de respostas,

- (A) se as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- (B) se as duas são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- (C) se a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- (D) se a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- (E) se as duas são falsas.

19. A contratação, pela União, de empresa privada para a realização da atividade de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo é incompatível com o regime constitucionalmente estabelecido para essa atividade

PORQUE

a Constituição Federal prevê que a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo constituem monopólio da União.

20. Os atos administrativos discricionários podem ser revogados pela Administração, a qualquer tempo, por motivo de conveniência ou oportunidade, sendo o ato de revogação excluído da apreciação judicial

PORQUE

não há direitos adquiridos em face de atos administrativos discricionários.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Em nosso sistema tributário, é correto afirmar que

- (A) alguns impostos federais não precisam observar o princípio da legalidade para aumento das respectivas alíquotas.
- (B) o imposto aumentado em determinado ano pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro.
- (C) todas as receitas tributárias devem observar o princípio da legalidade.
- (D) os tributos e multas são prestações pecuniárias compulsórias de caráter sancionatório.
- (E) o princípio da capacidade contributiva é inaplicável às multas fiscais e tarifas.

22. A quantia cobrada por alguns municípios pelo estacionamento de veículos particulares, em determinadas vias públicas,

- (A) tem natureza de contribuição de melhoria, derivada da conservação das vias públicas.
- (B) é inconstitucional, pois afronta princípios constitucionais.
- (C) depende de lei estadual autorizativa da cobrança.
- (D) depende de lei municipal instituidora de taxa de ocupação.
- (E) tem natureza jurídica de preço, derivado da utilização da via pública.

23. As legislações municipais relativas ao ISS prevêm, para algumas atividades e serviços, alíquotas mais gravosas que atingem o percentual de 10%. Recentemente, foi editada Lei Complementar nº 100/99, que fixou em 5% as alíquotas máximas do ISS. Neste caso,

- (A) o contribuinte deverá aplicar a alíquota reduzida, podendo ainda repetir o imposto pago a maior ao município.
- (B) a lei complementar é inconstitucional, pois se trata de matéria da competência privativa do legislador ordinário.
- (C) a lei complementar é inconstitucional, pois se trata de matéria reservada às Resoluções do Senado.
- (D) o contribuinte deverá aplicar a alíquota de 5%, porque a lei ordinária do município perdeu sua eficácia.
- (E) o contribuinte deverá aplicar a alíquota de 10% até que, através de lei ordinária do município, seja reduzida a alíquota do imposto.

24. Um contribuinte sonogou operação tributável e deixou de recolher o imposto devido em determinado exercício financeiro. Passados quatro anos, sob a vigência de alíquota do imposto e multa por infração reduzidas, o fiscal comparece ao estabelecimento para lavrar um auto de infração. Nesta hipótese, deverá aplicar

- (A) os dispositivos do Código Tributário Nacional e deixar de apurar o imposto e respectiva multa, reconhecendo o decurso do prazo decadencial.
- (B) a alíquota mais gravosa vigente à data do fato gerador e cominar a multa menos gravosa vigente à data da autuação fiscal.
- (C) a alíquota do imposto e a multa fiscal menos gravosas vigentes à data da autuação fiscal.
- (D) a alíquota do imposto e a multa fiscal mais gravosas vigentes à data da ocorrência do fato gerador.
- (E) a alíquota menos gravosa vigente à data da autuação fiscal e cominar a multa mais gravosa vigente à data da ocorrência do fato gerador.

25. Em nosso sistema tributário, os diretores e gerentes de pessoas jurídicas de direito privado

- (A) somente respondem pessoalmente pelos débitos fiscais apurados contra as sociedades anônimas.
- (B) respondem solidariamente e sem benefício de ordem pelos débitos fiscais da respectiva empresa.
- (C) respondem pessoalmente por tributos e multas derivados de ilícitos fiscais praticados na respectiva empresa.
- (D) respondem pessoalmente por tributos derivados de ilícitos fiscais, mas não pelas respectivas multas.
- (E) não respondem pessoalmente pelos débitos fiscais de quaisquer natureza da respectiva empresa.

26. Um contribuinte sonegou operação tributável e deixou de recolher o imposto devido em determinado exercício financeiro. Passados cinco anos contados da ocorrência do fato gerador foi lavrado auto de infração contra o contribuinte e o mesmo impetrou mandado de segurança contra o Fisco, invocando decurso de prazo extintivo da pretensão. A hipótese é de

- (A) prescrição, mas não cabe segurança.
- (B) denegação da segurança, pois não se consumou a decadência tributária.
- (C) concessão da segurança, pois se consumou a decadência tributária.
- (D) decadência, mas não cabe segurança.
- (E) concessão da segurança, pois se consumou a prescrição tributária.

27. Em nosso sistema tributário:

- I. O Imposto de Importação integra a base de cálculo do ICMS nas importações de produtos estrangeiros.
- II. A União e os Estados têm competência residual em matéria tributária.
- III. O IR e o IPTU podem ter alíquotas progressivas.
- IV. O princípio da anterioridade aplica-se a todos os impostos federais.

Das afirmativas acima, estão corretas SOMENTE

- (A) III e IV
- (B) II e IV
- (C) II e III
- (D) I e III
- (E) I e II

28. Em sede de imunidades tributárias, é correto afirmar que

- (A) as empresas públicas e sociedades de economia mista não gozam de imunidade recíproca.
- (B) os prédios públicos federais ou estaduais são imunes à cobrança de taxa de serviço.
- (C) as livrarias ou bancas de jornais são imunes à cobrança do IPTU.
- (D) os entes públicos são imunes ao IPI e ICMS quando adquirem bens no mercado interno.
- (E) somente os entes autárquicos federais são imunes à tributação.

29. Em nosso sistema tributário, há consenso no sentido de que os tratados internacionais, firmados pelo Presidente da República,

- (A) não podem dispor sobre exonerações tributárias internas, de qualquer natureza.
- (B) se sobrepõem às normas internas de qualquer hierarquia, mesmo constitucional.
- (C) somente podem dispor sobre matéria tributária de competência da União.
- (D) aplicam-se no âmbito federativo federal, estadual e municipal, desde que ratificados pelas respectivas Casas Legislativas.
- (E) podem modificar a legislação tributária interna se forem ratificados por decreto legislativo do Congresso Nacional.

30. As contribuições sociais, em nosso sistema tributário,

- (A) não precisam observar os princípios da legalidade e da anterioridade.
- (B) não têm natureza tributária.
- (C) somente podem ser instituídas pela União.
- (D) podem ser instituídas pelos Estados e Municípios, para custeio do sistema de previdência de seus servidores.
- (E) previdenciárias aumentadas num exercício, só podem ser cobradas no primeiro dia do exercício seguinte.

DIREITO PENAL

31. São pressupostos da culpabilidade

- (A) a falta de dever de cuidado e a imputabilidade
- (B) a imputabilidade e a previsibilidade do resultado.
- (C) a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a falta de dever de cuidado.
- (D) a exigibilidade de conduta diversa e a previsibilidade do resultado.
- (E) a imputabilidade e a exigibilidade de conduta diversa.

32. Detido no exato momento em que, de arma em punho, anunciava roubo em agência do Banco do Brasil, quando ainda nada havia subtraído, Pedro, reincidente, de 20 anos de idade, foi, por fim, considerado incurso nos arts. 157, 2º, I, c.c art. 14, II, ambos do Código Penal. No caso, a redução da pena pela tentativa deve ser de

- (A) 1/3 em decorrência do *iter criminis* percorrido.
- (B) 1/3 em razão das circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal.
- (C) 2/3 em virtude do *iter criminis* percorrido.
- (D) 2/3 em função da menoridade do réu.
- (E) 1/3 em razão da reincidência do acusado.

<p>33. A relação de causalidade</p> <p>(A) não fica excluída pela superveniência de causa relativamente independente.</p> <p>(B) é imprescindível nos crimes formais.</p> <p>(C) é dispensável nos crimes materiais.</p> <p>(D) é normativa no crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão.</p> <p>(E) não está regulada, em nosso sistema, pela teoria da equivalência dos antecedentes causais.</p>	<p>37. A substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos</p> <p>(A) cabe em qualquer condenação não superior a quatro anos.</p> <p>(B) cabe nos crimes culposos se a condenação não for superior a quatro anos.</p> <p>(C) não cabe para o condenado reincidente.</p> <p>(D) pode ser feita apenas por multa, se a condenação for de um ano.</p> <p>(E) não pode ser feita por multa, ainda que cumulada com restritiva de direitos, se superior a um ano.</p>
<p>34. Em Direito Penal, a prescrição</p> <p>(A) não afasta futura reincidência se reconhecida na modalidade da pretensão executória.</p> <p>(B) é interrompida pela reincidência na modalidade da pretensão punitiva.</p> <p>(C) é de dois anos no caso de pena de multa, ainda que cominada cumulativamente com privativa de liberdade.</p> <p>(D) é interrompida pelo acórdão confirmatório da condenação, sem alteração da pena.</p> <p>(E) não admite suspensão do respectivo prazo.</p>	<p>38. Dentre os crimes contra o patrimônio, não admite a suspensão condicional do processo, em quaisquer de suas formas, o delito de</p> <p>(A) receptação.</p> <p>(B) estelionato.</p> <p>(C) duplicata simulada.</p> <p>(D) dano.</p> <p>(E) apropriação indébita.</p>
<p>35. Se presentes no caso concreto, o Juiz, no cálculo da pena, deverá considerar, sucessivamente,</p> <p>(A) o fato de o crime haver sido praticado contra velho, a tentativa e a personalidade do agente.</p> <p>(B) a culpabilidade do agente, o fato de o crime haver sido praticado contra ascendente e a participação de menor importância.</p> <p>(C) os antecedentes do agente, o arrependimento posterior e a confissão espontânea.</p> <p>(D) o crime continuado, as conseqüências da infração e a conduta social do agente.</p> <p>(E) a menoridade do acusado, o concurso formal e a reincidência.</p>	<p>39. O funcionário que patrocina interesse privado perante a administração pública, valendo-se de sua qualidade, comete o crime de</p> <p>(A) condescendência criminosa.</p> <p>(B) advocacia administrativa.</p> <p>(C) tráfico de influência.</p> <p>(D) exploração de prestígio.</p> <p>(E) prevaricação.</p>
<p>36. No crime de concussão, a circunstância de ser um dos agentes funcionário público</p> <p>(A) não é elementar, comunicando-se, em qualquer situação, ao concorrente particular.</p> <p>(B) não é elementar, não se comunicando, portanto, ao concorrente particular.</p> <p>(C) é elementar, mas não se comunica ao concorrente particular.</p> <p>(D) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, ainda que este desconheça a condição daquele.</p> <p>(E) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, se este conhecia a condição daquele.</p>	<p>40. O condenado por crime hediondo</p> <p>(A) pode pedir o livramento condicional após o cumprimento de 2/3 da pena, se não for reincidente em crime da mesma natureza.</p> <p>(B) não tem direito a livramento condicional, devendo cumprir a pena integralmente no regime fechado.</p> <p>(C) pode pleitear o livramento condicional após o cumprimento de um terço da pena, se não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.</p> <p>(D) pode requerer o livramento condicional após o cumprimento de metade da pena, se for reincidente em crime doloso.</p> <p>(E) não tem direito a livramento condicional, embora faça jus ao sistema progressivo de cumprimento da pena.</p>

DIREITO CIVIL

41. A regra do artigo 1º, *caput*, da Lei de Introdução ao Código Civil, que estabelece a *vacatio legis* de quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária,
- (A) foi revogada tacitamente por lei superveniente.
 - (B) aplica-se, apenas, às leis ordinárias federais.
 - (C) não se aplica aos decretos.
 - (D) não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.
 - (E) aplica-se, também, nos Estados estrangeiros, quando admitida a obrigatoriedade da lei brasileira.
42. Segundo o artigo 526 do Código Civil, "a propriedade do solo abrange a do que lhe está superior e inferior em toda a altura e em toda a profundidade, úteis ao seu exercício". Este direito
- (A) se harmoniza com a Constituição Federal, que assegura ao proprietário todas as faculdades inerentes ao domínio, salvo no caso de desapropriação.
 - (B) não mais compreende a livre exploração dos recursos minerais encontrados no subsolo, porque estes pertencem à União.
 - (C) só prevalece caso não prejudique o direito de quem é proprietário do imóvel vizinho, há mais de vinte anos, de continuar com vistas para as paisagens naturais.
 - (D) equivale a um usufruto, podendo ser destacado da propriedade imóvel.
 - (E) tem apenas a natureza de uma servidão aparente, que pode ser alienada para exploração mineral ou do potencial turístico.
43. Os direitos patrimoniais do autor
- (A) perduram a partir do óbito do autor por trinta anos se não tiver herdeiros necessários e por sessenta anos se tiver herdeiros necessários
 - (B) não admitem sucessão hereditária.
 - (C) perduram por vinte anos, contados da data do óbito do autor.
 - (D) perduram por sessenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória.
 - (E) perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória.
44. Os atos entre vivos, sem prazo, são exequíveis desde logo, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo (art. 127 do Código Civil),
- (A) porém, a mora começa desde a interpelação, notificação, ou protesto.
 - (B) e desde a assinatura do contrato encontra-se o devedor em mora.
 - (C) todavia, a mora só começa com a citação válida em ação de cobrança.
 - (D) mas não se admite a mora do credor.
 - (E) contudo, não se admite a mora do devedor.
45. A prescrição a favor da Fazenda Pública está sujeita à seguinte regra:
- (A) suspensão, recomeça a correr pela metade do prazo faltante na data do pedido administrativo formulado pelo particular.
 - (B) não admite suspensão nem interrupção.
 - (C) interrompe-se durante a demora no estudo feito pelos funcionários do pedido que formular o particular.
 - (D) somente pode ser interrompida uma vez, e recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu.
 - (E) interrompida, recomeça a correr, pelo prazo de cinco anos, a partir da data do ato que a interrompeu.
46. O benefício de ordem no contrato de fiança significa que
- (A) o fiador, mesmo que tenha se obrigado como devedor solidário, não poderá ser demandado pelo credor do afiançado, se este não for insolvente.
 - (B) prestada conjuntamente a um só débito por mais de uma pessoa, importa o compromisso de solidariedade.
 - (C) havendo mais de um fiador, o credor só pode cobrar uma cota parte de cada um.
 - (D) o fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro excutidos os bens do devedor.
 - (E) o fiador e o devedor são sempre solidariamente responsáveis pelo pagamento da dívida, salvo se declararem que a obrigação é conjunta.
47. Na responsabilidade civil, a indenização por dano moral
- (A) não pode ser superior à indenização por dano material.
 - (B) é sempre dependente da comprovação do dano material.
 - (C) pode ser cumulada com a indenização por dano material.
 - (D) prescinde da comprovação do dano material, mas com este é inacumulável.
 - (E) exige prévia condenação do causador do dano em processo criminal.

48. Têm personalidade jurídica privada
- (A) o condomínio regulado pelo Código Civil e as fundações instituídas por pessoa física mediante escritura pública.
 - (B) as sociedades de economia mista e os partidos políticos.
 - (C) o condomínio em edificações e a sociedade de fato.
 - (D) as autarquias e as fundações.
 - (E) as empresas públicas e as autarquias.

49. O itinerante tem por domicílio
- (A) a Capital do Estado em que tiver de ser demandado.
 - (B) o Distrito Federal.
 - (C) sua última residência conhecida.
 - (D) a Capital do Estado em que por último tenha residido.
 - (E) o lugar em que for encontrado.

50. No tocante à obrigação natural é correto afirmar que
- (A) é inexigível, entretanto, depois de validamente cumprida não enseja repetição.
 - (B) pode ser exigida judicialmente caso não a cumpra o devedor e não está sujeita a decadência ou prescrição.
 - (C) não encontra previsão no direito brasileiro.
 - (D) se trata de uma consequência dos contratos bilaterais válidos.
 - (E) é sempre nula por ilicitude do objeto.

DIREITO COMERCIAL

Instruções: As questões de números 51 e 52 apresentam quatro proposições que podem estar corretas ou incorretas. Para respondê-las use a chave a abaixo.

Estão corretas SOMENTE as proposições

- (A) II, III e IV
 - (B) I, II e III
 - (C) III e IV
 - (D) II e III
 - (E) I e II
51. Tem legitimidade ativa para requerer a falência de uma sociedade mercantil que tem títulos de crédito protestados:
- I. seu credor, não comerciante, por uma nota promissória não vencida.
 - II. seu credor, comerciante regular, por uma duplicata mercantil aceita.
 - III. seu credor, não comerciante estrangeiro, mediante caução.
 - IV. seu credor, comerciante irregular, que renunciou a garantia real de seu crédito.

52. As ações preferenciais
- I. são aquelas cujos titulares só terão direitos a voto em Assembléia Geral em caso de não pagamento de dividendos por mais de três anos.
 - II. podem ser emitidas em classes diversas, às quais pode ser garantido o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração.
 - III. podem garantir prioridade na distribuição dos dividendos a seus titulares.
 - IV. sem direito a voto não podem representar mais que 2/3 do total de ações emitidas.

53. O não recebimento da circular de oferta de franquia pelo candidato a franqueado no mínimo 10 dias antes da assinatura do contrato, do pré-contrato ou do pagamento de taxas ao franqueador ou pessoa a ele ligada,
- (A) suspende a eficácia do contrato de franquia até que seja sanada a irregularidade.
 - (B) permite a rescisão imotivada do contrato de franquia, a qualquer tempo, por parte do franqueado.
 - (C) permite ao franqueado a arguição de anulabilidade do contrato de franquia, com a devolução das quantias pagas ao franqueador e a terceiros a título de taxa ou de *royalties*, bem como o pagamento de perdas e danos.
 - (D) faz nula as cláusulas contratuais que impuserem vantagem excessiva do franqueador sobre o franqueado.
 - (E) assegura ao franqueado o direito de obter judicialmente a revisão das cláusulas e condições contratuais que lhe sejam desfavoráveis.

54. Um cheque com aval simples e transferido por endosso é devolvido sem pagamento pela instituição financeira, por insuficiência de fundos. Seu portador,
- (A) deverá protestar o cheque para poder executar judicialmente o endossante, na qualidade de co-obrigado.
 - (B) na execução do título, poderá exigir juros legais contados a partir da data de apresentação.
 - (C) terá seis meses a contar da data da segunda apresentação para iniciar execução baseada no título.
 - (D) não poderá executar o avalista se o depósito do cheque deu-se fora do prazo de apresentação.
 - (E) não poderá executar judicialmente o endossante antes de executar judicialmente o emitente.

55. A recebeu por endosso, como pagamento de uma dívida, um conhecimento de depósito em cujo verso estava anotada a existência de débito vincendo que foi garantido pelo correspondente *warrant*. Desejando imediatamente retirar as mercadorias representadas pelo conhecimento de depósito, A

- (A) poderá fazê-lo desde que o *warrant* não tenha sido protestado pelo seu titular.
- (B) não poderá fazê-lo, uma vez que com a circulação do *warrant* constituiu-se sobre as mercadorias depositadas penhor mercantil que garantirá o pagamento da dívida correspondente.
- (C) não poderá fazê-lo em razão da responsabilidade subsidiária do armazém geral pelo pagamento do débito.
- (D) poderá fazê-lo mediante prévia autorização do armazém geral que fará consignar em livro próprio a obrigação pessoal de A como garantidor pessoal da dívida em substituição ao penhor anterior.
- (E) poderá fazê-lo consignando no armazém geral o principal da dívida e os juros até seu vencimento conforme o *warrant*, e pagando os impostos correspondentes, armazenagem vencida e demais despesas.

56. Se duas ou mais pessoas tiverem realizado a mesma invenção ou modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter a patente será

- (A) dividido entre aquelas que comprovarem a invenção ou criação.
- (B) assegurado àquela que provar o depósito mais antigo junto ao INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
- (C) assegurado àquela que provar ser anterior sua invenção ou criação.
- (D) assegurado àquela que primeiro tiver iniciado a exploração e/ou uso da invenção ou criação.
- (E) assegurado a todas que comprovarem a originalidade de invenção e/ou criação.

57. Contra a sentença que decretar a falência requerida com base na prática de atos falimentares pelo comerciante (art. 2º do Decreto Lei 766/45), SOMENTE,

- (A) caberão apelação e embargos.
- (B) caberá apelação.
- (C) caberá agravo.
- (D) caberão embargos.
- (E) caberão agravo e embargos.

58. NÃO são valores mobiliários sujeitos ao regime da Lei 6.385/76 e ao poder da CVM – Comissão de Valores Mobiliários:

- (A) as opções de valores mobiliários.
- (B) as ações emitidas por companhias abertas.
- (C) as notas promissórias emitidas por sociedades por ações, destinadas a oferta pública.
- (D) os títulos da dívida pública federal.
- (E) os certificados de recebíveis imobiliários.

59. Sobre o mútuo mercantil é possível afirmar que

- (A) em havendo garantia real do adimplemento, exige-se instrumento público.
- (B) o contrato se aperfeiçoa com o simples consentimento das partes como a maioria dos contratos mercantis.
- (C) como empréstimo que é, não admite onerosidade.
- (D) por envolver mutuante e mutuário, classifica-se como bilateral.
- (E) com a celebração do mútuo, o mutuário passa a ser o proprietário da coisa mutuada.

60. A espécie societária que NÃO admite firma para formação do nome comercial é a sociedade

- (A) anônima.
- (B) de capital e indústria.
- (C) por quotas de responsabilidade limitada.
- (D) em comandita simples.
- (E) em nome coletivo.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

61. São iguais os direitos previdenciários de trabalhadores

- (A) autônomos e segurados especiais.
- (B) avulsos e autônomos.
- (C) com vínculo empregatício, exceto os domésticos e avulsos.
- (D) com vínculo empregatício, inclusive os domésticos e avulsos.
- (E) domésticos e segurados especiais.

62. Durante o período de graça, o segurado

- (A) não perceberá o seguro-desemprego.
- (B) não pode recolher contribuição como facultativo.
- (C) só poderá trabalhar em atividades que não prejudiquem sua integridade física.
- (D) conserva o direito ao auxílio-doença.
- (E) perceberá o auxílio-reclusão, se tiver baixa renda.

63. Equiparam-se aos filhos de qualquer condição, mediante declaração escrita do segurado e prova de que sobrevivem às custas deste, na qualidade de dependentes,

- (A) as pessoas menores de 21 anos ou maiores de 60 anos, ou inválidas.
- (B) a mãe e o pai inválido.
- (C) os irmãos não emancipados, inválidos, de qualquer condição.
- (D) a pessoa que com ele mantenha união estável e seus filhos menores.
- (E) os menores sob tutela.

<p>64. Constitui princípio aplicável especificamente à previdência social:</p> <p>(A) acesso universal igualitário.</p> <p>(B) amparo às crianças e adolescentes carentes.</p> <p>(C) autonomia da vontade.</p> <p>(D) participação da iniciativa privada em caráter concorrente.</p> <p>(E) cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente.</p>	<p>68. A observância do princípio da equidade e da regra contrapartida no custeio exige que</p> <p>(A) a receita de contribuições seja destinada, com exclusividade, ao financiamento dos benefícios da previdência social.</p> <p>(B) todas as prestações da assistência social sejam financiadas pelas contribuições sociais cobradas de trabalhadores e empregadores.</p> <p>(C) as empresas contribuam conforme o risco gerado pela atividade econômica e os valores arrecadados se destinem ao pagamento das prestações.</p> <p>(D) a cada um dos três setores da seguridade social corresponda plano de custeio específico.</p> <p>(E) ao incremento da arrecadação corresponda, automaticamente, a redução das contribuições.</p>
<p>65. É exigível comprovação do período de carência para concessão de</p> <p>(A) auxílio-acidente decorrente de incapacidade extralaborativa.</p> <p>(B) aposentadoria por tempo de contribuição a segurado especial.</p> <p>(C) aposentadoria por invalidez a contribuinte individual acometido de AIDS.</p> <p>(D) salário-maternidade a empregada, exceto a doméstica.</p> <p>(E) pensão por morte ou auxílio-reclusão aos dependentes.</p>	<p>69. Quanto ao tempo de serviço é correto afirmar que</p> <p>(A) a lei previdenciária admite comprovação, em casos excepcionais, independentemente de início de prova material, mesmo em relação a atividades urbanas.</p> <p>(B) sua comprovação não pode ser feita, na via administrativa, quando relativa a período anterior à perda da qualidade de segurado.</p> <p>(C) é desnecessária sua comprovação pelo trabalhador autônomo, que pode simplesmente declarar e recolher as contribuições respectivas, independentemente de prova da atividade.</p> <p>(D) segundo a lei previdenciária, basta a prova exclusivamente testemunhal, desde que relativa a atividade rural assemelhada, esta quando prestada em regime de economia familiar.</p> <p>(E) pode apenas ser comprovado mediante anotações lançadas em Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando relativo a atividades rurais prestadas após 5 de outubro de 1988.</p>
<p>66. A aposentadoria por invalidez será cancelada,</p> <p>(A) a partir da data do retorno voluntário ao trabalho, ainda que em atividade diversa daquela que o segurado exercia habitualmente.</p> <p>(B) após cinco anos, para o contribuinte individual que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa no momento em que se aposentou.</p> <p>(C) imediatamente, se o segurado recusar tratamento cirúrgico gratuito.</p> <p>(D) após tantos anos quantos forem os anos de duração do auxílio-doença e da aposentadoria, quando o segurado for considerado reabilitado para o exercício do trabalho.</p> <p>(E) mesmo que o segurado esteja apto para o exercício de atividade diversa da que habitualmente exercia, desde que siga sendo paga pelo prazo de doze meses.</p>	<p>70. A assistência social será devida</p> <p>(A) ao executor do funeral do pobre, conforme deliberação a ser tomada, em cada caso, pelo Conselho Nacional de Assistência Social.</p> <p>(B) ao pobre, mediante recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e ao portador de deficiência cuja subsistência não possa ser provida por si ou pelos respectivos familiares.</p> <p>(C) ao idoso que se encontra em período de graça no regime geral de previdência social.</p> <p>(D) aos dependentes do segurado de baixa renda quando não tiver sido cumprido o requisito de carência para o deferimento do auxílio-reclusão.</p> <p>(E) ao segurado quando deixa de perceber o seguro-desemprego.</p>
<p>67. Integram o salário-de-contribuição do empregado:</p> <p>(A) o valor relativo ao reembolso de despesas com creche.</p> <p>(B) os ganhos habituais e os ganhos eventuais.</p> <p>(C) a totalidade dos abonos e diárias, bem como as cotas do salário-família.</p> <p>(D) o salário-maternidade, observado o limite máximo de contribuição.</p> <p>(E) a importância recebida a título de incentivo à demissão.</p>	

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

71. Sendo caso de litisconsórcio necessário ativo, se o autor move, sozinho, a ação,
- (A) o juiz deverá mandar arquivar os autos até o decurso do prazo prescricional, aguardando a iniciativa do outro interessado.
 - (B) ao sobrevir a sentença há formação de coisa julgada material.
 - (C) aquele que não foi parte é, mesmo assim, atingido pela sentença, por tratar-se de caso de litisconsórcio necessário.
 - (D) o autor deve providenciar a citação do litisconsorte necessário ativo para que integre a relação processual.
 - (E) o juiz está proibido de proferir sentença.
-
72. Tem legitimidade para opor exceção de incompetência,
- (A) o juiz pode declarar a incompetência relativa de ofício, desde que seja em sua primeira manifestação nos autos.
 - (B) somente o réu.
 - (C) o autor.
 - (D) qualquer das partes.
 - (E) o Ministério Público quando atua como fiscal da lei.
-
73. A presunção de veracidade que decorre da revelia
- (A) torna inadmissível o exame de prova em contrário.
 - (B) é absoluta.
 - (C) incide sobre o direito da parte.
 - (D) atinge todos os fatos da causa, independentemente da natureza do direito nela discutido.
 - (E) incide sobre os fatos descritos na petição inicial, desde que a ação verse sobre direitos disponíveis.
-
74. A reconvenção, se o réu quiser ajuizá-la,
- (A) é admissível em ações de procedimento sumário.
 - (B) pode ser ajuizada no mesmo momento da contestação.
 - (C) deve ser ajuizada no mesmo momento da contestação.
 - (D) só pode ser ajuizada se o réu contestar também.
 - (E) deve ser deduzida como capítulo da contestação.
-
75. No processo de execução por quantia certa contra devedor solvente fundada em título judicial,
- (A) o contraditório existe, atendidas as limitações naturais da execução.
 - (B) não há contraditório.
 - (C) o contraditório é manifestado apenas pelos embargos do devedor.
 - (D) o contraditório existe em toda sua plenitude.
 - (E) o contraditório é manifestado apenas pela objeção ou exceção de executividade.
-
76. Denegada a ordem de mandado de segurança,
- (A) a apelação deve ser recebida no efeito suspensivo.
 - (B) a liminar fica sem efeito, desde que o juiz faça constar expressamente da sentença essa circunstância.
 - (C) fica sem efeito a liminar anteriormente concedida.
 - (D) a sentença só produzirá efeitos depois do reexame obrigatório pelo tribunal.
 - (E) o impetrante vencido será condenado nas custas, despesas do processo e honorários advocatícios, pelo princípio da sucumbência.
-
77. Verificando que há lesão ao patrimônio público praticado por ato ilegal de Ministro de Estado, eleitor, maior de dezesesseis e menor de vinte e um anos pretende ingressar com ação popular. Para tanto,
- (A) não tem legitimidade para ajuizar ação popular.
 - (B) deve ser assistido por seu representante legal.
 - (C) o Ministério Público supre sua incapacidade no processo.
 - (D) pode ajuizar a ação e praticar atos processuais sozinho, sem a assistência dos pais ou representantes legais.
 - (E) o juiz nomeia curador especial que o assista.
-
78. Fazendo atuar o sistema de controle concreto da constitucionalidade das leis e atos normativos federais e estaduais, contestados em face da Constituição Federal, a parte interpõe Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, com base na Constituição Federal, art. 102, inciso III, alínea 'a'. O STF dá provimento ao recurso, com fundamento na inconstitucionalidade de determinada lei estadual. Esse acórdão,
- (A) fará coisa julgada material, desde que o Senado Federal emita resolução homologando a decisão do STF.
 - (B) faz coisa julgada material apenas entre as partes na relação jurídica processual.
 - (C) faz coisa julgada *erga omnes* a partir do trânsito em julgado do acórdão, independentemente de qualquer outra providência.
 - (D) deve ser remetido pelo STF para o Congresso Nacional para que edite outra lei.
 - (E) deve ser remetido pelo STF ao Senado Federal que obrigatoriamente declarará sem efeito a lei e editará uma outra que a substitua.

<p>79. Quando Juiz Federal de um Estado proferir sentença condenando a União Federal a fazer ou não fazer,</p> <p>(A) o STF pode avocar a causa para homologar a sentença, a fim de que tenha eficácia para além do território a que pertence o juiz prolator.</p> <p>(B) a União Federal pode deixar de cumprir o comando da sentença alegando que só deve ser processada e julgada no Distrito Federal.</p> <p>(C) a União Federal só cumprirá a sentença dentro da região a que está vinculado o juiz prolator da sentença, deixando de cumpri-la no resto do País.</p> <p>(D) essa sentença precisa ser homologada por Tribunal Superior, para que possa produzir efeitos em todo o território nacional.</p> <p>(E) a União Federal deve cumprir o comando que emerge da sentença, realizando a obrigação de fazer ou não fazer em todo o território nacional.</p>	<p>82. João e Pedro, ambos com dezoito anos de idade, após subtraírem mediante violência bens pertencentes a Antonio, fogem. São imediatamente perseguidos por policiais que, depois de uma hora, encontram João com parte dos bens subtraídos. O juiz</p> <p>(A) pode conceder liberdade provisória sem fiança, se não estiverem presentes os requisitos da preventiva, embora se trate de crime cometido mediante violência.</p> <p>(B) deve relaxar a prisão em flagrante porque ela só ocorreu depois de uma hora de perseguição.</p> <p>(C) não pode conceder a liberdade provisória sem fiança porque houve apenas recuperação parcial dos bens.</p> <p>(D) deve permitir que João se livre solto porque é menor.</p> <p>(E) pode conceder fiança porque a pena mínima cominada para o roubo é de dois anos de reclusão.</p>
<p>80. Podem ser objeto de execução fiscal,</p> <p>I. as dívidas tributárias da União, Estados e Municípios, demonstradas por meio de certidão da dívida ativa.</p> <p>II. as dívidas de que sejam credores a União, Estados e Municípios, oriundas de sentença judicial transitada em julgado.</p> <p>III. as dívidas ativas de que sejam credores os Conselhos Regionais dos profissionais liberais (CRM, CREA, CRO etc).</p> <p>IV. os créditos de que sejam favorecidos a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) III e IV</p> <p>(B) II e III</p> <p>(C) I e IV</p> <p>(D) I e III</p> <p>(E) I e II</p>	<p>83. Em relação à prova, no sistema brasileiro, é correto afirmar que</p> <p>(A) se admite, de forma tranqüila na doutrina, a delação como prova para a condenação.</p> <p>(B) o ônus da prova no processo penal, segundo entendimento pacífico da doutrina, é sempre da acusação.</p> <p>(C) o momento para o acusado propor a prova testemunhal é o de seu interrogatório em juízo.</p> <p>(D) para a produção da prova pericial, nos crimes punidos com detenção, basta um perito oficial.</p> <p>(E) a prova da menoridade, para fins penais, deve ser feita por documento hábil, conforme jurisprudência assentada no Superior Tribunal de Justiça.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL PENAL</p> <p>81. A Lei nº 9.099/95, ao dispor sobre os Juizados Especiais Criminais,</p> <p>(A) prevê embargos de declaração contra sentença, atribuindo-lhes efeito interruptivo em relação ao prazo para o recurso.</p> <p>(B) prevê como um de seus objetivos principais a reparação dos danos sofridos pela vítima do crime.</p> <p>(C) impede a realização de atos processuais em horário noturno.</p> <p>(D) prevê as citações pessoal e por edital.</p> <p>(E) impede que a conciliação civil e a transação penal sejam presididas por conciliador, atribuindo ao juiz exclusivamente essa incumbência.</p>	<p>84. Segundo o Código de Processo Penal, são recursos exclusivos da defesa</p> <p>(A) os embargos de declaração e os embargos infringentes e de nulidade.</p> <p>(B) o protesto por novo júri e a carta testemunhável.</p> <p>(C) o recurso em sentido estrito e os embargos infringentes e de nulidade.</p> <p>(D) os embargos infringentes e de nulidade e o protesto por novo júri.</p> <p>(E) a carta testemunhável e os embargos de declaração.</p>

<p>85. No tocante à correlação entre a acusação e a sentença, levando-se em conta o sistema do Código de Processo Penal,</p> <p>(A) o juiz, para reconhecer agravante, nos crimes de ação pública, depende de alegação do promotor de justiça.</p> <p>(B) o juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da denúncia se aplicar pena igual ou menos grave.</p> <p>(C) o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha pedido a absolvição do acusado.</p> <p>(D) o promotor de justiça deverá, necessariamente, promover o aditamento quando o juiz baixar os autos para que adite a denúncia em virtude de prova de circunstância elementar que não estava nela contida.</p> <p>(E) o juiz, se reconhecer a possibilidade de nova definição jurídica do fato, em conseqüência de prova nos autos de circunstância elementar, não contida na denúncia, deverá baixar os autos para aditamento do Ministério Público.</p>	<p>88. No processo penal, a nulidade absoluta</p> <p>(A) só é prevista em benefício do acusado.</p> <p>(B) pode ser pleiteada pelo condenado ou pelo Ministério Público depois de transitada em julgado a sentença condenatória ou absolutória.</p> <p>(C) depende, assim como a relativa, de alegação oportuna e demonstração do prejuízo.</p> <p>(D) deve ser declarada de ofício pelo tribunal em recurso de acusação, embora não tenha sido alegada e seja prejudicial ao acusado.</p> <p>(E) pode ser declarada, em revisão criminal, tanto em caso de sentença condenatória como de sentença absolutória imprópria.</p>
<p>86. São princípios que regem o processo penal brasileiro, entre outros, os seguintes:</p> <p>(A) da verdade real, da convicção íntima e do devido processo legal.</p> <p>(B) do <i>favor rei</i>, do devido processo legal e da persuasão racional.</p> <p>(C) da publicidade, do juizado de instrução e do contraditório.</p> <p>(D) da identidade física do juiz, da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos e da presunção de inocência.</p> <p>(E) da verdade formal, da imparcialidade do juiz e da igualdade das partes.</p>	<p>89. João, que estava cumprindo pena privativa em regime aberto, sob a modalidade de prisão-albergue domiciliar, vem a cometer crime de roubo, sendo denunciado. O juiz da execução penal, tomando conhecimento da acusação e da prática criminoso,</p> <p>(A) nada poderá determinar porque qualquer decisão é da competência do juiz do processo perante o qual foi oferecida a denúncia.</p> <p>(B) deve, liminarmente, determinar a regressão ao regime fechado.</p> <p>(C) pode determinar a regressão a regime mais grave, após ouvir o condenado, tendo-se admitido que, cautelarmente, determine a suspensão do regime aberto.</p> <p>(D) poderá determinar a regressão de regime após a condenação transitada em julgada em virtude do princípio da presunção de inocência.</p> <p>(E) não pode determinar a regressão ao regime fechado porque a decisão concessiva do regime aberto fez coisa julgada material.</p>
<p>87. Alguém que, como Prefeito Municipal, comete crime que ofende interesse da União, será processado e julgado, conforme orientação fixada no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça,</p> <p>(A) pelo Tribunal Regional Federal enquanto permanecer como Prefeito.</p> <p>(B) pelo Tribunal de Justiça do Estado enquanto for Prefeito e por Juiz Estadual depois que deixar de ser Prefeito.</p> <p>(C) pelo Tribunal Regional Federal mesmo depois de deixar de ser Prefeito, se o processo foi iniciado quando estava no cargo.</p> <p>(D) por Juiz Federal enquanto permanecer como Prefeito.</p> <p>(E) por Juiz Federal mesmo depois de deixar de ser Prefeito, se o processo foi iniciado quando estava no cargo.</p>	<p>90. Em caso de crime de ação penal pública condicionada à representação,</p> <p>(A) se a representação for oferecida, poderá haver retratação até o momento da sentença.</p> <p>(B) se for instaurado inquérito policial sem a representação, o delegado deverá, de ofício, determinar arquivamento do inquérito.</p> <p>(C) apresentada a representação, a instauração do processo ocorrerá mediante posterior queixa do ofendido ou de seu representante legal.</p> <p>(D) a ausência de representação constituirá falta de condição para a instauração do processo.</p> <p>(E) a decadência do direito de representar em relação ao ofendido impede, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, o oferecimento de representação pelo seu representante legal.</p>

DIREITO INTERNACIONAL

Instruções: As questões de números 91 e 92, apresentam cinco proposições das quais SOMENTE duas estão corretas. Para respondê-las use a chave abaixo.

Estão corretas SOMENTE as proposições

- (A) IV e V
- (B) III e IV
- (C) II e III
- (D) I e V
- (E) I e II

91. Representação diplomática.

- I. As isenções tributárias e de serviço são reconhecidas apenas aos chefes de missão diplomática.
- II. A sede da missão diplomática goza de inviolabilidade.
- III. As imunidades diplomáticas têm por fundamento jurídico a doutrina funcional.
- IV. Os país acreditante deverá aceitar todos os representantes diplomáticos indicados pelo Estado acreditado.
- V. Os agentes diplomáticos não gozam de imunidades de jurisdição penal, somente civil.

92. Família.

- I. Os brasileiros no exterior podem se casar perante as autoridades consulares.
- II. O divórcio de estrangeiros proferido no exterior deve passar pelo Supremo Tribunal Federal.
- III. O casamento de estrangeiros celebrado no Brasil segue, em qualquer caso, o princípio da lei de sua nacionalidade.
- IV. O domicílio da mãe estender-se-á aos filhos menores e ao cônjuge.
- V. A aquisição da nacionalidade brasileira por naturalização permite a mudança do regime de bens.

93. De acordo com a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados,

- (A) acordos de forma simplificada é o nome dado aos tratados celebrados pela ONU.
- (B) os tratados são exclusivamente os acordos solenes celebrados entre mais de dois Estados.
- (C) as convenções são apenas os acordos solenes celebrados entre dois Estados.
- (D) os tratados são acordos gerais destinados a produzir efeitos *erga omnes*.
- (E) os tratados são acordos que atendem aos seus requisitos formais, independentemente de suas finalidades ou número de partes.

94. Tratando-se de processo relativo à sentença estrangeira no Brasil,

- (A) a inexistência de autenticação da sentença alienígena por cônsul brasileiro não impedirá a homologação.
- (B) a competência exclusiva é do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) o recebimento e análise do pedido é feito pelo Plenário do Tribunal de Justiça dos Estados.
- (D) a parte requerida poderá alegar questão de mérito, salvo nas sentenças meramente declaratórias de estado da pessoa.
- (E) a execução da sentença será processada nos termos do CPC e do Regimento Interno do STF.

95. A celebração de Tratados é competência

- (A) compartilhada entre o Ministro das Relações Exteriores e o Senado.
- (B) privativa do Senado Federal.
- (C) privativa do Presidente da República.
- (D) compartilhada entre o Senado e a Câmara.
- (E) compartilhada entre o Presidente da República e o Senado.

96. As organizações internacionais contemporâneas

- (A) não têm soberania, apenas capacidade jurídica.
- (B) são sujeitos de Direito Internacional em função de sua soberania.
- (C) não são sujeitos de Direito Internacional.
- (D) são sujeitos de Direito Internacional por terem sua soberania derivada dos Estados (membros) contra os quais podem opor.
- (E) são sujeitos de Direito Internacional por terem sido criadas por um tratado entre estados.

97. Com relação à atuação das pessoas jurídicas no Brasil,

- (A) é livre a aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira.
- (B) as fundações estrangeiras sofrem limitações.
- (C) a Lei aplicável às pessoas jurídicas privadas é a Lei de Introdução ao Código Civil.
- (D) a exploração de energia nuclear é exclusiva de sociedades privadas nacionais.
- (E) a Constituição não faz distinções entre as de direito privado brasileiras e estrangeiras.

Instruções para responder às questões de números 98 a 100.

Assinale, na folha de respostas, a alternativa que contém a afirmação correta em relação ao assunto indicado.

98. Nacionalidade.

- (A) O estrangeiro naturalizado brasileiro poderá exercer presidência da Câmara dos Deputados.
- (B) Lei ordinária federal poderá determinar as exceções à atuação de estrangeiros naturalizados em nosso país.
- (C) Não existe a possibilidade de aquisição da dupla cidadania no Brasil.
- (D) A Constituição outorga tratamento privilegiado aos nacionais de países lusófonos.
- (E) A idade máxima para opção pela nacionalidade brasileira por filho de brasileiros nascido no exterior é 25 anos.

99. Pessoas.

- (A) A lei da residência do herdeiro determina sua capacidade para suceder.
- (B) De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, o critério da residência se aplicará aos casos de domicílio desconhecido.
- (C) O domicílio legal é aquele apontado pela vontade das partes.
- (D) O elemento de conexão predominante para relações jurídicas pessoais é a nacionalidade.
- (E) A capacidade jurídica do indivíduo é determinada pela sua nacionalidade.

100. Direito do Mar.

- (A) O Brasil tem poderes de fiscalização sanitária na zona econômica exclusiva.
- (B) O mar territorial brasileiro abrange as 12 milhas marítimas da zona contígua e as 24 da zona econômica exclusiva.
- (C) A plataforma continental compreende o solo, o subsolo e o espaço aéreo sobre o mar sobrejacente a ela.
- (D) Os direitos de pesca e de passagem inocente no mar territorial só são válidos quando reconhecidos pelo governo brasileiro.
- (E) O Brasil tem soberania absoluta sobre a zona econômica exclusiva.